

Resistência, currículo e subversão na educação

Maria da Conceição Silva Soares¹  0000-0001-6846-9604

Daniel Henrique de Oliveira Silva²  0000-0003-4345-8305

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20550-900.

²Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús. Fortaleza/Crateús, Ceará, Brasil. 60714903



Resumo: Neste artigo, procuramos refletir, a partir das narrativas da professora travesti Sayonara Nogueira, sobre a trajetória escolar de pessoas trans, questionando se este percurso, marcado por experiências e vivências perpassadas pela exclusão social, contribui para o fomento de práticas docentes inclusivas e para a construção de uma educação mais justa, igualitária, sensível e acolhedora. Por meio de suas narrativas, o texto propõe pensar como um corpo inferiorizado socialmente transita na educação, produzindo currículos dissidentes e subvertendo as normas para sobreviver e existir.

Palavras-chave: docência; professoras; educação; travestis.

Resistance, curriculum and subversion in education

Abstract: This article seeks to reflect, from the narratives of transvestite teacher Sayonara Nogueira, on the school trajectory of trans people, thinking if this path, marked by experiences and experiences permeated by social exclusion, contributes to the promotion of inclusive teaching practices and to the construction a more just, egalitarian, sensitive and welcoming education. Through such narratives, the text proposes to think as a socially inferiorized body transits in education, producing dissident curricula and subverting the norms to survive and exist.

Keywords: Teaching; Teachers; Education; Transvestites.

Resistencia, currículo y subversión en la Educación

Resumen: Este artículo busca reflexionar, a partir de las narrativas de la docente travesti Sayonara Nogueira, sobre la trayectoria escolar de las personas trans, pensando si ese camino, marcado por experiencias permeadas por la exclusión social, contribuye a la promoción de prácticas docentes inclusivas y a la construcción de una educación más justa, igualitaria, sensible y acogedora. A través de tales narrativas, el texto propone pensar cómo un cuerpo socialmente inferior transita en la educación, produciendo currículos disidentes y subvirtiendo normas para sobrevivir y existir.

Palabras llave: enseñanza; maestros; educación; travestis.

Introdução

Pensar na docência de professoras travestis e transexuais¹ nos direciona imediatamente a um lugar de resistência às inúmeras opressões que esses corpos, considerados desviantes, enfrentam ao longo de suas trajetórias de vida e nos espaços escolares. Resistência, aqui, é entendida principalmente como re-existência, ou seja, como a criação de outras possibilidades para a existência, para a docência e para a educação.

¹ Há os que fazem distinções entre transexuais e travestis, tanto em teorias acadêmicas, como em movimentos sociais e/ou no mundo da vida. Essas distinções são, quase sempre, preconceituosas, estereotipadas, moralistas e resultam em hierarquias e em escalas de valores que classificam as pessoas que constituem essa população.

Sabemos, a partir de narrativas (orais e imagéticas), fabulações² e/ou escrituras³ de professoras trans,⁴ produzidas com nossas pesquisas, que seus caminhos de escolarização e de docência parecem ser consonantes em apontar que o trânsito educacional foi marcado por espinhosas experiências de sofrimentos, violências, assédios, humilhações, preconceitos e segregação, em que elas precisaram resistir para existir em um espaçotempo que as impõe obstáculos, barreiras e obstruções.

O ensaio “Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro”⁵ (Thamirys NUNES, 2021) apontou que a violência transfóbica, ainda que aconteça mais frequentemente entre estudantes, ocorre também entre professores. O ensaio se baseia em uma pesquisa realizada pelo Grupo Dignidade com 120 famílias com criança ou adolescente trans, entre 5 e 17 anos de idade, de 62 cidades espalhadas por 17 estados brasileiros. A pesquisa apontou que 77,5% dessas famílias afirmaram que sua criança/adolescente trans já foi vítima de bullying dentro da escola, dos mais diversos tipos, e a maioria delas, 86%, reconheceu que sua criança/adolescente trans apresenta ou já apresentou algum quadro psicoemocional.

Quando pensamos na docência trans, nos perguntamos: o que pode um corpo-professora travesti ou transexual nos contextos educativos e nos cotidianos escolares? Quais são as potências, fortalezas e capacidades da docência trans diante de uma sociedade conservadora e transfóbica, que tenta relegar os corpos trans à inferioridade e à abjeção, por não estarem conformes ao padrão normativo para a vida em sociedade e para o desempenho de determinadas atividades?

Como aponta Judith Butler (2001), esses seres abjetos são

[...] aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (p. 155).

Nossas pesquisas, assim como tantas outras, revelam que, de forma geral, o espaçotempo escolar é hostil para aquelas pessoas que não se adequam ao modelo estabelecido de raça, gênero, sexualidade, identidade de gênero, classe social, religião, peso, altura, beleza etc. Nessa perspectiva, esses corpos produzem desrostificações, ou seja, desconstruções e desestabilizações do rosto-professor culturalmente agenciado (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 2012), constituindo uma ameaça permanente à concepção hegemônica e ainda dominante dos rostos permitidos na docência e na educação. Como consequência, professoras trans enfrentam trajetórias dolorosas, tanto psicologicamente quanto, em alguns casos, fisicamente. Segundo esses autores, o rosto, social e politicamente agenciado, opera como uma máquina abstrata que julga se uma pessoa é ou não aceita, de acordo com as unidades de rostos elementares, pois “a correlação binária desta vez é ‘sim-não’” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 49).

A presença de professoras trans nas escolas produz deslocamentos e problematizações em relação às verdades estabelecidas sobre o sistema corpo-sexo-gênero e as narrativas que associam uma pretensa diferença sexual à biologia. Isso ocorre porque a experiência transexual e travesti, conforme nos explicita Berenice Bento (2003), permite dar novos sentidos para a construção social do masculino e do feminino, desvelando seu caráter performático. Travestis e transexuais elucidam diferentes possibilidades de significar os gêneros.

Sendo assim, interessa-nos conhecer como as narrativas das experiências de docentes travestis e transexuais são relevantes para pensarmos como as pessoas trans podem contribuir e vêm contribuindo, a partir de suas vivências de dor, opressão, exclusão, invenções e táticas de sobrevivência (Michel de CERTEAU, 1994), para que, em suas inserções nos espaçotempos escolares como professoras, possam possibilitar outras formas de criar currículos e práticas educativas que não inferiorizem o outro. Trata-se, nessa perspectiva, de fabular e criar um

² Para Deleuze e Guattari (2012), quando contamos nossa história, ficcionamos sobre os acontecimentos, criando outras possíveis para nós mesmos, para nossa autoimagem.

³ Em todos esses conceitos/ideias, admitimos que a história contada não relata fielmente algo que aconteceu. Quando se narra um acontecimento se perde ou se acrescenta algo. Para Conceição Evaristo (2020), essas narrativas se constituem em escrituras ao entrelaçarmos a história contada pelo narrador com outras histórias, inclusive com as nossas (EVARISTO, Conceição. “A Escrita e seus subtextos”. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrita e seus subtextos: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020).

⁴ Muitas vezes vamos nos referir ao grupo formado por travestis e transexuais como pessoas trans porque, conforme nossas pesquisas, é a forma como a maior parte dessa população prefere se identificar.

⁵ O ensaio “Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro” foi uma produção do Grupo Dignidade, organização de luta pelos direitos das pessoas LGBTIs, em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+, a UNESCO, a UNAIDS, com o Coletivo Minha Criança Trans, com o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX e com a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH, com o objetivo de investigar e visibilizar a situação das crianças trans dentro dos sistemas educacionais no Brasil.

espaçotempo escolar mais solidário, sem preconceitos, afirmativo das diferenças, onde as singularidades e multiplicidades presentes não sejam motivo de exclusão ou de uma trajetória escolar marcada por violências, mas sim de valorização da diferença e potencialização da vida. Com esse propósito, trazemos para este artigo segmentos de narrativas da trajetória docente da professora travesti Sayonara Nogueira. Trata-se de um recorte da pesquisa intitulada “Professoras em Devir: Fabulações Imagéticas de Si, Problematizações do Feminino e Implicações para a Docência”, cuja proposta consistiu na criação de espaçotempos para, através de fabulações imagéticas sobre si, simultaneamente interrogar, refuncionalizar, potencializar, esgarçar e alargar as tessituras das redes de práticas e significações das professoras sobre o feminino, bem como os saberes-fazer-poderes a elas relacionados e que orientam a docência e a criação de currículos nos cotidianos das redes educativas.

Assim, compreendendo e considerando as audiovisuais contemporâneas como dispositivo de pesquisa-intervenção na formação de professoras, nas práticas curriculares e nas pesquisas com os cotidianos em educação, foram criados, como procedimento metodológico para a produção de dados da pesquisa, ensaios fotográficos e videográficos com professoras de diferentes níveis de ensino, nos quais elas foram estimuladas a fabularem sobre si, a ficcionarem com imagens e sons, enfim, a se narrarem do modo como desejam se ver ou serem vistas.

A aposta da pesquisa foi que a função fabuladora desencadeada com esses ensaios produziu imagens que não são verdadeiras, nem falsas, mas que são potentes para desencadarem devires, tanto da autoimagem como da imagem da comunidade profissional, produzindo novas/outras imagens possíveis para pensarmos a docência e os currículos.

A noção de devir-imagético desenvolvida por Marco Gonçalves e Scott Head (2009) busca dar conta da emergência, nos processos de autoapresentação, de uma ‘função fabuladora’ que, ao deixar de lado as verdades criadas pelos discursos hegemônicos, aposta na evocação de uma potente falsidade sobre si, em oposição às verdades constituídas (p. 21). Vale ressaltar que o personagem criado não é real ou fictício. De acordo com os autores, inspirados pelos estudos de Deleuze sobre o cinema, a autoapresentação estaria aderida à formulação do devir da personagem real quando ela própria se põe a ficcionar (GONÇALVES; HEAD, 2009, p. 21).

No que se refere ao modo pelo qual se constrói a autoimagem, Gonçalves e Head apontam para um processo relacional em que as representações são produzidas por meio de ‘um jogo de espelhos’. As imagens de si se produzem através dos outros, nas relações com os outros. A autoimagem, portanto, é uma imagem em transformação, o que acentua o seu devir-imagético (GONÇALVES; HEAD, 2009, p. 20).

O principal objetivo da pesquisa foi possibilitar que professoras produzissem fabulações sobre si, questionando os modos como se constituíram e inventando outras possibilidades para suas existências e para suas práticas docentes.

Esse recorte tem como objetivo nos ajudar a pensar as possibilidades de criação de uma educação inclusiva a partir desse corpo considerado abjeto. Em outras palavras, refletir se o corpo trans, por sofrer inúmeros preconceitos que o instigam a criar táticas de sobrevivência, pode proporcionar uma educação mais sensível, problematizadora das verdades estabelecidas em relação ao gênero, potencializadora das diferenças, acolhedora e respeitosa às singularidades e multiplicidades presentes nos espaçotempos escolares.

Construção da pesquisa

Pesquisamos nos/dos/com os cotidianos escolares, o que significa perceber os espaçotempos escolares como territórios férteis e campos de batalha, lugares de reprodução, produção, resistências, subversões e de disputas em torno da construção de sentidos e significações.

Para nós, o cotidiano não é apenas o *locus* privilegiado de uma investigação, mas um *espaçotempo* de inventar uma forma de fazer ciência [...] que não se dá a partir da clivagem entre sujeito e objeto, mas que se faz na relação com sujeitos, objetos, intensidades, fragmentos, imagens, sensibilidades, memórias, que se transformam mutuamente no decorrer da caminhada, incluindo-se aí, principalmente, o próprio pesquisador. [...] E o que pretendemos com uma pesquisa que se diz com o cotidiano? O que é, afinal, o cotidiano? Ou melhor, o que não é o cotidiano? Como *locus* da investigação, o cotidiano pode ser pensado como o lugar da vida comum, das rotinas, do “comezinho”, das banalidades [...], a princípio, nos parece simples e trivial, mas, em sua complexidade, nos permite vivenciar, para além do reconhecimento do que imaginamos já estar acostumados, variadas e inusitadas experiências, encontros, combinações e invenções que nos constituem como sujeitos sociais, ao mesmo tempo nômades e localizados no *tempoespaço* (Maria SOARES, 2009, p. 29-30, grifos no original).

Os cotidianos escolares são espaçotempos de produção de conhecimentos, incluindo valores e preconceitos que constituem um tipo especial de saber. Além da primeira impressão, do primeiro olhar, que muitas vezes nos faz acreditar que tudo é apenas reprodução do mesmo, podemos, ao aguçar nossos sentidos, perceber diferentes fabricações de subjetividades,

significações sobre o Outro e distintas formas de obedecer às normas sociais, ao mesmo tempo que as transgredimos com nossas práticas. No cotidiano, as banalidades frequentemente se apresentam de maneiras múltiplas e desconformes, inventando outras perspectivas ou modos de fazer a partir do que foi normalizado, determinado e prescrito. Essas outras possibilidades são o que esses praticantes do cotidiano fazem com as imposições sociais, as normas, as diretrizes, as leis, as regras e as imperatividades estabelecidas sobre nossos corpos. Ao praticar o que nos é imposto, sempre produzimos diferença (CERTEAU, 1994). Essas atitudes não se tratam apenas de desobediência intencional, mas também de uma questão de possibilidade, de agir e pensar com nossas redes de saberes-fazeres-relações-poderes.

Nesse sentido, este texto surgiu de um diálogo com a praticante do cotidiano Sayonara Nogueira (Figura 1), buscando refletir, a partir de suas narrativas (entendidas como fabulações sobre as práticas), sobre suas resistências e re-existências nos espaçostempos escolares por onde transitou.

O processo de pesquisa ocorreu por meio de entrevistas realizadas presencialmente na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, com filmagens e gravações de áudio. Foi apresentado o tema inicial e solicitado que a professora falasse sobre sua trajetória na educação, desde os primeiros anos na escola, passando pelo ensino fundamental, médio, universidade, até sua experiência como docente. Durante o processo, houve mínimas interrupções, para que a professora Sayonara seguisse sua própria linha de raciocínio e se sentisse confortável em suas construções narrativas. Posteriormente, foi realizada a transcrição e a análise, apoiadas nas teorias discutidas ao longo deste artigo.

Consideramos importante ressaltar que a professora Sayonara Nogueira optou por se identificar ao participar desta pesquisa. Isso foi algo que prezamos ao optar por realizar uma pesquisa com travestis e transexuais. Durante uma palestra, a militante nacional Keila Simpson, amplamente conhecida no movimento LGBTI, relatou que travestis e transexuais desejavam se identificar em pesquisas acadêmicas, subvertendo as recomendações dos conselhos de ética, pois queriam mostrar que eram elas que estavam falando e registrar a importância de suas histórias. Desde então, ao conceber esta pesquisa, prontamente perguntamos à professora se ela desejava se identificar, registrando isso nos termos de Livre Consentimento Esclarecido. Apesar dessas burocracias e exigências para a pesquisa, nossa intenção foi construir uma relação de respeito nas conversas com a professora.

Ao longo do diálogo, prezamos por deixar a conversa o mais livre possível, permitindo que ela falasse deliberadamente, sem interrupções, fazendo o mínimo de intervenções, ou quase nenhuma, mas sempre propondo inicialmente que contasse sobre suas trajetórias escolares e o retorno ao cotidiano escolar como docente.

Práticas docentes de professoras trans por Sayonara Nogueira

“Meu nome é Sayonara, tenho 45 anos, sou uma pessoa trans. Sou professora, atuei na Rede Pública de ensino durante 16 anos”.



Figura 1 – Sayonara Nogueira

Fonte: Foto dos autores.

#PraTodoMundoVer Conforme o cenário e a indumentária que ela própria escolheu, a imagem representa a professora Sayonara Nogueira sentada em uma mesa em frente ao computador, lendo o livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault. Ela está vestida com um roupão, usando óculos e tiara no cabelo. Nessa mesa há um livro do Paulo Freire, uma garrafa de água, uma mão empunhada que simboliza o movimento LGBT. Atrás da professora Sayonara há um quadro para se escrever com giz.

Sayonara é formada em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, possui especialização em Coordenação Pedagógica (UFU), é vice-presidente do IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação,⁶ ocupou, entre 2017 e 2021, o cargo de Coordenadora do Núcleo

⁶ O IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação surge em 2017, fundado pelas professoras Sayonara Nogueira e Andreia Cantelli, com o intuito de produção de pesquisas, em parceria com universidades, sobre gênero, sexualidades e educação. Além de monitoramento da violência de pessoas travestis, homens e mulheres trans nos diferentes níveis da educação.

de Diversidade Sexual na prefeitura municipal de Uberlândia, foi assessora parlamentar, é integrante de organizações internacionais como o TGEU,⁷ de luta pelos direitos das pessoas trans, e a RIE,⁸ pelos direitos das pessoas LGBTIs na educação. É docente em universidades particulares, professora concursada efetiva de geografia na rede pública de ensino de Minas Gerais, além de revisora de trabalhos científicos, palestrante e consultora em diversidade sexual e identidade de gênero.

Em relação à sua trajetória escolar, a professora Sayonara Nogueira lembrou que, desde muito nova, nos seus primeiros anos na escola, já demonstrava ser uma criança diferente. Nas aulas de educação física, não gostava de jogar futebol, preferia jogar vôlei ou carimbada. A educação física sempre foi um momento difícil no período escolar por haver divisões de gênero das brincadeiras. Os meninos jogavam futebol e as meninas jogavam vôlei.

Sayonara: Foi na primeira série primária, chamava 1ª série primária, que eu comecei as minhas primeiras performances femininas. [...] eu comecei a me descobrir mesmo ali pela quarta série, foi quando tinha o Pelotão da Saúde na escola e como eles usavam jaleco muito grande o meu sonho era poder usar aquele jaleco para poder fazer de conta que eu estava vestindo uma saia, mas, assim, era final da década de 1970 e 1984 nós éramos lidos como pessoas gays, meu avô morava comigo, eu lembro que ele me chamava de macho-fêmea [...] eu fazia gincana e lógico que uma das provas que eu fazia era os homens vestidos de mulher e as mulheres vestidas de homem porque eu poderia aproveitar aquele momento e fazer as minhas performances.

Essas performances que rompem com o que é socialmente imposto/designado para cada corpo são atos aparentemente pequenos. Trata-se de uma tática, ou seja, a forma de agir possível para quem vive em uma organização criada pelos que exercem poder em determinado espaço-tempo (CERTEAU, 1994). É a luta do fraco contra o forte, são ações que ultrapassam as fronteiras dos padrões de gênero, inventando, criando, fabulando, produzindo, tramando, tecendo e forjando outras possibilidades de existência para aquela criança, para além do prescritivo e da reificação.

Além disso, o ato da professora Sayonara, de construir performatividades a partir do jaleco, e outras ações, demonstra que as normas não são simplesmente aceitas e reproduzidas, uma vez que as crianças jogam com as diretrizes e produzem/redefinem esses padrões criando outras maneiras de fazer e de viver, fabulando outros currículos possíveis nos/com os cotidianos escolares.

Enquanto a escola acena com uma cultura oficial, as juventudes olham por cima das fardas, desviando o olhar e o corpo das regras estabelecidas. Enquanto a escola, ou parte dela, tenta adestrar o corpo e o pensamento, ao estilo do exército e do acampamento militar, as juventudes invadem cada centímetro do espaço e reorganizam o território com novas sensibilidades (Luma ANDRADE, 2015, p. 292).

Esses atos de brincar de bonecas, jogar vôlei, queimada e fazer aulas de dança eram brechas encontradas por essas crianças, ocorridas muitas vezes quando ninguém estava olhando, para poderem brincar com aquilo que queriam. Constantemente, impedidas pelos adultos, elas procuravam outros espaços quando não estavam sob vigilância, quando não eram observadas, para poderem colocar em ação esse desejo reprimido de se divertirem com o proibido, que era designado ao gênero oposto. Meninos se articulavam para brincar de bonecas, panelinhas, fogãozinho, vassourinhas e meninas de carrinho, fazendinha, molequinhos de luta e futebol.

Nesse sentido, questionamos:

O que podem os corpos infantis transviados no currículo escolar? Bagunçar as normas? Embaralhar os códigos? Desfazer o gênero? Que efeitos pode produzir em um currículo um corpo infantil desordenado, afrontoso, bicha, sapatão e viado? Durante muito tempo, desde a sua invenção moderna, o corpo infantil foi pensado sob o signo da atemporalidade, ingenuidade e dependência. Essas significações atribuídas aos infantis foram naturalizadas de tal modo que pais, mães, educadores e educadoras foram impedidos de problematizar os discursos que os produzem desse modo. Discursos que, no interior de um sistema estratégico imbricado em relações de poder, acabaram por produzir um modo de pensar a infância marcado pelo universal, natural e a-histórico, impedindo-nos de olhar para a emergência de infâncias outras, infâncias transviadas, estranhas, bichas, sapatonas, transgêneras [...] (João SILVA, 2018, p. 261).

Sayonara narra que desde a 1ª série já tinha suas primeiras performances que não se encaixavam no que é estabelecido enquanto padrão de comportamento a um corpo considerado socialmente masculino. Na sua imaginação, o jaleco do Pelotão da Saúde na

⁷ O TGEU – *Transgender Europe* é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2005, com atuação em mais de 50 países, liderada por pessoas trans, com objetivo de defender os direitos dessa população.

⁸ A RIE – *Red Iberoamericana de Educación LGBTI* foi fundada em 2010, com objetivo de garantir os direitos da população LGBTI no campo educacional, e atualmente tem atuação na Argentina, Colômbia, Espanha, Uruguai, Bolívia, Chile, Brasil e Peru.

Escola se transformava no lindo vestido dos sonhos que desejava utilizar. Produzir gincanas era a ação mais esperada por ela. Nesse jogo de fazer com as normas, produzia a troca dos gêneros, para poder utilizar roupas estabelecidas como femininas e suprir seus desejos de performances sob as representações do que é ser uma menina.

Sobre isso, cabe considerar, como aponta Judith Butler (2019), que o conceito de performatividade demonstra o caráter produzido das identidades de gênero, em que, por meio de re-produções, corpos assumem determinadas performances, gestos, atos, discursos e aparências. Sobre as pessoas trans, performar a partir de atributos distintos do que são impostos socialmente à sua identidade de nascimento é transgredir as concepções binárias de masculino e feminino, descortinando a falácia do masculino e do feminino verdadeiros, desvelando seu caráter construtivo, performativo e de criação.

O jaleco do Pelotão da Saúde na Escola e as gincanas de troca de roupas entre os gêneros masculino e feminino eram os modos de sobrevivência em meio a esse aparato regulador das identidades de gênero e sexualidades. Nessas oportunidades, as praticantes jogam o jogo do poder que organiza o lugar, aproveitando a ocasião e criando táticas, ressignificações da norma, em que possibilidades eram forjadas para performar no lado oposto ao gênero designado. É o que Certeau (1994) define como tática de praticante e que, em contextos de micropolítica, desestabiliza com suas artes de fazer a ordem de um lugar.

[...] Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, a distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bullow, é no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas nunca docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (p. 94-95, grifo no original).

Como apontado por Certeau (1994), as praticantes do cotidiano produzem táticas constantemente para tornarem habitáveis os lugares regidos por normas que as oprimem. Sayonara, nos espaçostempos escolares e na vida, fazia isso o tempo todo. Nesse trânsito, ela relata que as violências sofridas ao longo dessa trajetória eram inúmeras e se traduziam por meio de piadinhas e preconceitos por parte de professores e dos próprios colegas.

Apesar disso, ela buscava meios de resistir, sobreviver e re-existir, unindo-se a outros colegas que também eram vítimas de preconceitos e enfrentando o aparato que produzia desigualdades. Entre as táticas que criava, estavam ações em que assumia a liderança de organizações estudantis na escola e na cidade, além de formar alianças com outros grupos socialmente marginalizados. Dessa forma, quando enfrentava algum tipo de preconceito, ela respondia com ameaças de agressão física.

Na universidade, a professora Sayonara Nogueira transformou sua trajetória de opressão e preconceito em momentos de revolução e debate, levando professores(as) e colegas a repensarem suas práticas e a respeitarem o outro, independentemente da identidade de gênero, orientação sexual ou classe social. Ao cursar geografia na Universidade Federal de Uberlândia, ela relata que colegas cuspiam no chão quando ela passava. Nas atividades em grupo, ninguém se oferecia para trabalhar com ela. Durante as pesquisas de campo, nas viagens, ninguém queria dividir quarto com ela. Sayonara afirma que seus colegas agiam como se ela fosse, como ela mesma afirma, um bicho, um ser do qual ninguém podia se aproximar. Como sabemos, esse “bicho” representava a abjeção que permeava as relações sociais entre Sayonara e seus colegas, impedindo qualquer aproximação e superação da discriminação.

Sayonara: Então foi difícil, foi muito difícil. E como eu consegui formar? Eu consegui formar porque se o professor mexesse comigo, eu subia na cadeira e arrancava a roupa, eu ficava louca. Então eu comecei, eles criavam problemas com a minha presença dentro da universidade, tentando me tirar da universidade, e o que eu fazia? Eu criava, eu criava problemas para eles também, até eu conseguir me formar.

Apesar dessas violências, a professora Sayonara criava meios de sobreviver, enfrentando os preconceitos para conseguir se formar e realizar seu sonho de se tornar professora.

Essa trajetória, assinalada por dor e superação, ficou marcada, inclusive, pela festa de formatura, em que colegas impediram que ela participasse, inclusive, na placa de formandos,

incluíram o nome de registro civil dela. Atualmente, essa placa foi alterada por um grupo de estudantes LGBTIs de geografia da universidade, inserindo o nome Sayonara Nogueira.

Sayonara: Eu me lembro, por exemplo, também da formatura. Eles fizeram a formatura sem me comunicar. Tinha muito evangélico na minha turma, o medo deles é que eu aparecesse com vestido de noiva na formatura e assustasse os pais e as mães. Então, eu participei somente da colação de grau. Do baile e da cerimônia religiosa eles me cortaram, eles não me convidaram e falaram para mim que não iria ter, mas na verdade teve e eles fizeram tudo escondido.

Após se formar, a professora Sayonara Nogueira inicia sua carreira em uma escola pública de Uberlândia como professora temporária. A busca por emprego é algo extremamente complexo para pessoas travestis e transexuais, pois a maioria das empresas não oferecem vagas de emprego a elas, obrigando-as a se inserirem na prostituição como forma de sobrevivência ou ingressarem em instituições públicas por meio de concursos ou processos seletivos.

A questão da prostituição não é analisada sob um prisma moral, pois é entendida como um emprego legítimo que deveria ser salvaguardado pelas leis trabalhistas. A grande questão é que, para muitas, essa é a única opção de trabalho, já que os empregos formais excluem travestis e transexuais não apenas por conta da transfobia estrutural, mas também pelo fato de elas não terem componentes mínimos exigidos em muitos empregos, tais como o ensino médio completo (Letícia NASCIMENTO, 2021, p. 178).

No caso da professora Sayonara, seus caminhos pelo campo profissional se iniciaram por instituições públicas, em escolas da rede estadual de ensino de Uberlândia. Apesar disso, temendo sofrer perseguições, ao iniciar em uma determinada escola, precisou simular a cisgeneridade,⁹ cortou seus cabelos e abandonou as roupas femininas, na tentativa de minimizar sua identidade de gênero e sua expressão enquanto travesti. Com o passar do tempo, ao mostrar que desenvolvia um excelente trabalho, que detinha admiração de colegas de trabalho e estudantes, recomeçou o processo de transição de gênero. Retomou o uso de hormônios, colocou próteses nos seios e fez laser no rosto para retirada de pelos. Ao assumir essa identidade travesti no espaço escolar, conforme narrou a professora, começaram os problemas, desde reclamações de pais e mães de estudantes, a perseguições de direção e piadas de colegas de trabalho.

Sayonara: [...] eu era sempre muito perseguida lá dentro, eu era o bode expiatório da escola. Tudo que acontecia era a Sayonara: aconteceu isso, é a Sayonara; o fulano pulou o muro, foi a Sayonara; era a Sayonara, tudo...

Tais acontecimentos, narrados por ela, apontam o quão forte é a discriminação em nossa sociedade, causando um trânsito educacional marcado pela perseguição, assédio e desprezo. Essas ações pretendiam retirá-la do espaço escolar e impedir que ela se mantivesse como docente. No entanto, em suas narrativas, ela aponta que sempre foi bastante prevenida e costumava se resguardar armazenando documentos e materiais que comprovassem cada ação sua em sala de aula e nas escolas em que atuava.

Sayonara: [...] Porque eu sempre fui muito combativa, eu sempre fui a professora barraqueira que fazia escândalo, que tinha armas debaixo das mangas, porque a gente que rompe com padrão hetero-cis-normativo ou você se arma para poder enfrentar a sociedade ou a sociedade te apaga. Eu conheço várias pessoas na minha cidade. É o celeiro de pessoas trans. Eu conheço várias pessoas que terminaram suas graduações e não conseguiram trabalhar na sala de aula por causa desse preconceito, desse processo de discriminação, que ainda nem começaram por medo das retaliações que poderiam acontecer.

A rejeição que a professora Sayonara Nogueira experimentou na escola, na universidade e nos seus primeiros anos como professora nos leva novamente a Deleuze e Guattari (2012), quando asseguram que um “rosto-professora” não é um invólucro exterior, não é um universal, mas sim uma produção, uma política onde se inscrevem os signos e processos de subjetivação.

Os rostos não são primeiramente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade, delimitam um campo que neutraliza antecipadamente as expressões e conexões rebeldes às significações conformes. Do mesmo modo, a forma da subjetividade, consciência ou paixão, permaneceria absolutamente vazia se os rostos não formassem lugares

⁹ Conforme apontado por Jaqueline de Jesus (2012), Beatriz Bagagli (2015), Felipe Cazeiro, Emily Fernandes e Marlos Bezerra (2019), o termo cisgênero diz respeito a pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. O termo ganhou caráter político, alçado pelos movimentos trans, para problematizar as diferenciações estabelecidas socialmente entre pessoas cis e trans, que designam essas à inferioridade social (JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012; CAZEIRO, Felipe; SOUZA, Emily Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. “(Trans)formando a norma cisgênera e seus derivados”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54397, 2019; BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: UNICAMP/IEU/ Setor de Publicações, 2018).

de ressonância que selecionam o real mental ou sentido, tornando-o antecipadamente conforme a uma realidade dominante. O rosto é, ele mesmo, redundância. E faz ele mesmo redundância com as redundâncias de significâncias ou frequência, também com as de ressonâncias ou de subjetividades (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 36).

Nas narrativas da trajetória escolar da professora Sayonara Nogueira, podemos verificar a ação da máquina abstrata de rostidades e a tentativa de neutralização das expressões e conexões rebeldes. Para desconstruir um rosto que lhes é imputado, é preciso fabricar outros modos de existência, outras estéticas de produção de si e do mundo. Para Kastrup, o si e o mundo “são co-engendrados pela ação, de modo recíproco e indissociável. Encontram-se, por sua vez, mergulhados num processo de transformação permanente” (Virgínia KASTRUP, 2005, p. 1276).

Subvertendo o rosto-professora estabelecido socialmente, em 2007, Sayonara Nogueira se torna professora efetiva do Estado de Minas Gerais, adquirindo estabilidade no cargo. Desde então, ela se sentiu mais tranquila para desenvolver projetos e propor discussões sobre gênero, sexualidades e preconceitos nas escolas onde atuava, objetivando construir uma educação na diferença, em que as multiplicidades não fossem utilizadas para inferiorizar, subjugar e discriminar o outro.

O que pode um corpo trans docente na escola?

Então, pensemos, o que pode uma professora trans na escola?

Para a professora Sayonara Nogueira, esse corpo trans, marcado pela discriminação, pela subalternidade, pelos julgamentos, pela inferiorização social, é capaz de fazer dessa dor a mobilização para transformar a educação e construir práticas docentes inclusivas. Esse corpo demarcado pela abjeção é capaz de construir uma educação comprometida com a mudança, em que o diferente é acolhido por ela, porque ela sabe a dor que esses e essas estudantes excluídos sofrem cotidianamente.

Sayonara: Nesse período de docência, eu trabalhei muito a questão da diversidade dentro da sala de aula. Como eu sou da área da geografia, é muito fácil abordar essas temáticas porque a geografia trabalha com população, com demografia, trabalha com espaço geográfico, trabalha com o espaço antrópico, de que forma que o homem muda esse espaço, como ele se adapta ao espaço, então é muito fácil trabalhar essas temáticas.

A professora Sayonara aponta que, durante todos esses anos como docente de adolescentes e jovens, ela sempre abordou a temática da diversidade, da orientação sexual, da identidade de gênero, dos preconceitos, porque utilizava de todo conhecimento e sentimentos adquiridos enquanto pessoa travesti e relacionava-os com os conhecimentos acadêmicos adquiridos em sua formação em geografia, proporcionando aos(as) estudantes aulas mais plurais, dinâmicas, calcadas no respeito e na diversidade.

No ano de 2011, Sayonara é convidada pelo governo de Minas Gerais a desenvolver o Programa Educativo Afetivo Sexual – PEAS¹⁰ em uma escola em que trabalhava. Por meio desse projeto, que era remunerado, a professora Sayonara levou palestrantes para dentro da escola e discutiu sobre orientação sexual, diversidade sexual, identidade de gênero, preconceitos com pessoas LGBTIs, envolvendo professores(as), alunos(as), comunidade escolar, pais, mães, familiares, em momentos de apresentações dos trabalhos desenvolvidos durante o ano, conforme pode ser visto nas fotos a seguir, intituladas “Mural de registro de trabalhos”.

Esses são murais na escola em que Sayonara trabalhava (Figura 2 e Figura 3), mostrando alguns dos trabalhos feitos pelos estudantes. Nas fotografias foram cortadas as imagens em que aparecem os estudantes.

Sayonara: [...] nesse período de docência, 16 anos de docência, eu trabalhei muito a questão da diversidade dentro da sala de aula. [...] Em 2011, tinha um projeto em Minas, que é o PEAS, Programa Educativo Afetivo-Sexual. Então, eu fui convidada para coordenar esse programa no período 2010/2011 na escola Tancredo Neves. Eu fiz uma miniparada LGBT dentro da escola, onde nós trabalhávamos as questões das ISTs/aids, e as questões das orientações sexuais, da diversidade sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes, como também o bullying LGBT, o bullying relacionado à LGBTfobia através de oficinas pedagógicas. A gente envolvia todos os professores, todos os alunos e toda a comunidade escolar. Era um projeto que era desenvolvido de fevereiro a novembro, e dezembro tinha uma culminância onde todos os pais iam pra escola, todos professores, e a gente encerrava aquele projeto com apresentações dos trabalhos dos alunos, com apresentações musicais, dando mais visibilidade à educação na imprensa. Nós chegamos a fazer exposição de fotografias na qual os alunos fotografaram alguma coisa ligada à diversidade sexual e a imprensa cobria tudo.

¹⁰ O Programa Educativo Afetivo Sexual – PEAS foi uma política do governo de Minas Gerais que tinha como objetivo promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens por meio de atividades educativas e participativas centradas na sexualidade e saúde reprodutiva. Suas ações foram implementadas nos sistemas públicos de educação e de saúde do Estado de Minas Gerais.

Figura 2 - Mural de registro de trabalhos

Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara.

#PraTodoMundoVer A imagem 2 apresenta a professora Sayonara em frente a um quadro, apontando para os trabalhos realizados como professora. O título do quadro que a professora indica é “17 de maio, dia internacional contra a homofobia”.

Figura 3 - Mural de registro de trabalhos

Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara.

#PraTodoMundoVer Na imagem 3, é apresentado o mesmo título, acrescido da seguinte frase: “Cartografia da resistência e os movimentos sociais”. Nas imagens constam trabalhos desenvolvidos pela professora contendo matérias jornalísticas referentes ao tema da homofobia e geografia e mapas diversos.

Esse projeto acima citado, o PEAS, soma-se a outros desenvolvidos por ela, nas suas aulas de geografia, como o “Cartografia da Resistência e Movimentos Sociais”, em que eram utilizados dados sobre a violência LGBTI no Brasil, para trabalhar a cartografia, produzindo mapas sobre crimes contra essa população. É a partir dessas ações, do desenvolvimento do projeto PEAS e da Cartografia da Resistência e Movimentos Sociais, que ela se insere em organizações de luta por direitos das pessoas trans. Essa inserção faz com que ela comece a observar que havia uma subnotificação dos dados referentes à violência contra pessoas transexuais e travestis em nosso país, o que a instigou a iniciar um mapeamento dos assassinatos contra pessoas trans no Brasil. O primeiro documento produzido e publicado pela professora Sayonara Nogueira referente a assassinatos, tentativas de homicídio e violação de direitos humanos de pessoas travestis, transexuais e homens trans no Brasil foi publicado em 2017, denominado “O Mass Shooting da População Trans Brasileira”, no site criado por ela, denominado “Observatório Trans”.¹¹ Esse mapeamento da violência contra pessoas trans no Brasil irá levá-la, até 2021, a ser convidada pela entidade de direitos humanos internacional TGEU – *Transgender Europe* e RIE – *Red Iberoamericana de Educación LGBTI*, a debater sobre suas pesquisas em outros países do mundo, como Itália, Nova Zelândia e Peru.

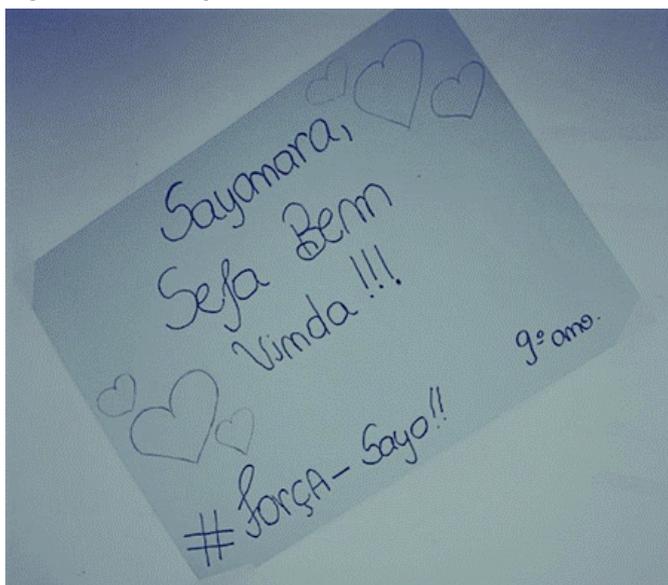
Então, Sayonara aponta que, como docente, ao longo dessa trajetória, seu trabalho frutificou.

Sayonara: Eu fui desenvolvendo trabalhos excelentes dentro da cartografia, dentro da demografia, mapeando assassinatos de LGBTIs, construindo gráficos, construindo mapas temáticos, mapas mentais. E aí, a universidade foi para dentro da escola conhecer esse trabalho que estava sendo desenvolvido. Curiosos em observar como ele estava sendo desenvolvido. E aí, professores da universidade tiveram um grande interesse em cima disso, pois começaram a pensar como eu estava conseguindo desenvolver essas temáticas dentro da escola sem ter interferências dos pais, das mães, da direção da escola. Mas isso acontecia tranquilamente porque eu sempre fui muito combativa, eu sempre lutei por aquilo que eu acreditava.

¹¹ O site pode ser acessado pelo seguinte link: <https://observatoriotrans.org/>.

Conforme contado pela professora Sayonara, os(as) estudantes gostavam dela e eram os(as) aliados(as) que a defendiam em caso de algum problema na escola. Essa aliança com os(as) estudantes ocorria porque ela era sensível com a dor deles(as), e os(as) acolhia, criando redes de solidariedade. Ao mesmo tempo, a aliança era uma tática encontrada pela professora para sobreviver e re-existir naquele espaço, caso houvesse desavenças com outros(as) professores(as) ou direção, pois ela poderia ser protegida pelos(as) estudantes. Essa relação de carinho e proximidade pode ser notada pela imagem a seguir, “Recepção da professora após falecimento da sua mãe” (Figura 4), que mostra o cartaz produzido pelos seus alunos do 9º ano, quando sua mãe faleceu, demonstrando o acolhimento e a sensibilidade deles(as) com a dor da perda de uma pessoa importante na vida da professora Sayonara.

Figura 4 - Recepção da professora após falecimento da sua mãe



Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara.

#PraTodoMundoVer A imagem contém um cartaz colado em uma parede de sala de aula de uma escola, escrito "Sayonara, Seja Bem Vinda. Força Sayo. 9º ano".

Essa trajetória enquanto travesti, esse corpo marcado pela exclusão, pelo preconceito, carregado de experiências, de histórias, fez com que a professora Sayonara, por meio da geografia, inserisse os debates de gênero, sexualidades, diversidade, dentro da sala de aula, envolvendo familiares, comunidade, professores(as) e direção. Ao inserir cada vez mais pessoas nesse projeto, tornando-o ainda maior, ela contribuía substancialmente com a transformação daquele cotidiano escolar e da vida daquelas pessoas que construíam essas ações, ao mesmo tempo que criava outros currículos na escola e com a escola.

Ao considerar que a escola não está em conexão com a sociedade, estabelecendo redes de saberes que conectam conhecimentos produzidos 'dentrofora' dos ambientes educacionais, o desenvolvimento de projetos como o PEAS e a "Cartografia da Resistência" extrapola os muros da escola, a partir do momento em que seus integrantes se sensibilizam com as discussões e ações promovidas por meio deles, levando e interagindo esses saberes para além da sala de aula, em interação com seu entorno, com a comunidade escolar.

São projetos assim, ações que parecem pequenas, que vão contribuindo para que novos currículos sejam criados nos cotidianos das escolas e para que a sociedade vá se modificando.

Então, um projeto em sala de aula se torna um projeto de escola, que se torna um projeto de mapeamento nacional, que permitiu à professora Sayonara se inserir na Rede Ibero-americana de Educação LGBTI, a estabelecer contato e desenvolver trabalhos com o *Transgender Europe* e a fundar o Instituto Brasileiro Trans de Educação.

Ao ser questionada sobre como construir uma sociedade e, principalmente, uma escola inclusiva, Sayonara aponta que

Eu acho que tinha que ter mais professores e mais professoras trans na educação. A gente percebe que tá crescendo muito, mas tinha que ter mais. Porque a educação com a nossa presença ela se torna mais humana, porque a gente sabe entender a dor do outro. A gente sofre preconceito por transfobia, tem pessoas que sofrem preconceito de classe social. Então, eu acho que professoras trans tornam os espaços escolares mais humanos. Porque a gente dá atenção às dores desses alunos. Deveria ser obrigatório toda escola ter uma professora trans como coordenadora pedagógica ou como bibliotecária ou dentro da sala de aula, em algum lugar. Essa presença é importante para humanizar esse ambiente. Porque a escola, infelizmente, é um espaço ainda muito hostil para aquela pessoa que foge dos padrões. Não é só a pessoa trans, mas para o gay, para a lésbica, para o negro, para a pessoa gorda. A partir do momento

que você sai dos padrões estabelecidos você incomoda aquele espaço normal, é então que a nossa presença ali dentro dá um diferencial, a gente começa a acolher esses alunos que não se enquadram nesse padrão e a gente vai formar um grupo ali dentro. E aí ou as pessoas nos respeitam ou a gente vai partir para o enfrentamento. Eu acho que funciona assim.

Sayonara conclui sua entrevista defendendo que mais pessoas trans ocupem a educação, seja como professora, como bibliotecária, ou qualquer que seja a função, porque essa presença pode ser uma referência àquelas pessoas que não se enquadram em algum padrão. Uma pessoa trans, com toda bagagem que carrega, como a professora Sayonara, e que faz uso desse corpo travesti enquanto ação de promoção de uma educação mais igualitária, torna-se referência para aquelas pessoas que sofrem algum tipo de preconceito no espaço escolar. Sayonara faz uso de todo esse conhecimento, levando para dentro da sala de aula, para o currículo e para a vida suas experiências e suas dores. Ao transformar isso em ação em prol do outro, busca construir uma sociedade pautada nas multiplicidades, que compreenda as diversidades, sem que elas sejam utilizadas enquanto objeto de produção de hierarquias sociais e de preconceitos.

Considerações finais

É notório que professoras travestis e transexuais são corriqueiramente inferiorizadas, subjugadas, colocadas à margem na sociedade e nos espaços escolares. No entanto, elas têm se levantado nos últimos anos e unido forças na desconstrução de perfis docentes ideais, de preconceitos e de rostos-professora produzidos por máquinas abstratas e que se tornam aparatos sociais que tentam eliminá-las da escola, do trabalho e da vida.

Dentro das escolas, Sayonara produz práticas docentes outras, não compactua com a norma, produz currículos dissidentes em relação às políticas educacionais que, em nossos tempos, avançam numa perspectiva fascista, moralista, neoliberal e conservadora.

Professoras travestis, como a Sayonara, vêm travestilizando a educação, isto é, denunciando o processo de negação do direito de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos espaços escolares, colocando em xeque atitudes preconceituosas, promovendo uma educação na diferença (Thiffany ODARA, 2020, p. 92).

Além de confrontar as normalizações, a professora Sayonara demonstra promover uma união de outros grupos também inferiorizados socialmente. Criando redes de proteção entre aqueles considerados disformes, subalternos, marginalizados, abjetos, excluídos, capazes de construir resistências e re-existências frente a um aparato que tenta designar esses corpos à margem da sociedade.

Negros, indígenas, mulheres, LGBTIs, gordos, pessoas com deficiência etc. têm reunido forças e esforços para promover um mundo um pouco mais justo em que os padrões e normalizações não aprisionem ou segreguem esses corpos. Nessa luta, é essencial valorizar e visibilizar a diversidade, mostrar professoras como Sayonara Nogueira, que fazem da sua docência objeto de luta e de desconstrução de preconceitos. Esse corpo político é capaz de mudar realidades e de permitir construir uma sociedade inclusiva.

As narrativas apresentadas pela professora travesti Sayonara Nogueira mostram como os espaços-tempos escolares ainda são hostis a quem não segue o que foi imposto socialmente. Mas essa trajetória de dor e de preconceitos vai sendo transformada na medida em que mais pessoas sensíveis, LGBTIs, indígenas, negras, mulheres, gordas etc. ocupam esses lugares e fazem dessa ocupação momento de reflexões e ações para que as estruturas que sustentam machismos, capacitismos, homofobias, transfobias, racismos, ou quaisquer formas de discriminação, sejam desconstruídas.

Pois,

a bicha não pode ser eliminada, ainda que se finja de morta, faça de conta que está em vias de ser eliminada. Quando menos se espera, ela desfaz os laços de fita que tentam aprisioná-la e se lança maravilhosa mundo afora. Uma existência de embates. De lutas. De estratégias (Megg GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 142).

Em meio à opressão e à diversidade, os negros, as mulheres, os gordos, os indígenas, os LGBTIs, o diferente e o anômalo têm encontrado meios de sobrevivência e de luta. Essas histórias de vida, somadas a tantas outras, não são somente de dores, porque, em meio ao caos e mesmo do caos, são produzidas novas formas de se fazer-saber com e apesar da norma. Isto é, os dissidentes, os anormais recriam, refazem, remodelam, reestruturam, reorganizam e produzem outras possibilidades de existência dentro dessa lógica que tenta impor formas de agir, ser e pensar baseadas em referências, modelos e princípios excludentes. Assim, os outros, que não se enquadram no padrão, sobrevivem, vivem e recriam, sejam por táticas ou astúcias, uma infinidade de possibilidades de existências e resistências em nossa sociedade.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- BENTO, Berenice. "Transexuais, corpos e próteses". *Labrys – estudos feministas*, n. 4, agosto/dezembro 2003.
- BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2012. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>.
- GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Salvador: Devires, 2020.
- GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Orgs.). *Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- KASTRUP, Virgínia. "Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre". *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1273-1288, set./dez. 2005.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NUNES, Thamirys. *Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro*. Curitiba: IBDSEX, 2021. [livro eletrônico]
- ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador: Devires, 2020.
- SILVA, João Paulo de Lorena. "Crianças queer no currículo escolar: demandando visibilidade e bagunçando as normas de gênero". In: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Carolina de (Orgs.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 261-278.
- SOARES, Maria da Conceição. *A comunicação Praticada com o cotidiano da escola. Currículos, Conhecimentos e sentidos*. Vitória: Espaço Livros, 2009.

Maria da Conceição Silva Soares (ceicavix@gmail.com; ceicavix@gmail.com) é Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando na Pós-Graduação em Educação (Proped) e na Faculdade de Educação. Pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cientista Nosso Estado (FAPERJ) e Prociencista (UERJ). Líder do GPESQ CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença.

Daniel Henrique de Oliveira Silva (daniel.henrique@uece.br; daniel.hos@hotmail.com) é Professor Adjunto na Universidade Estadual do Ceará, atuando na Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades e na Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús. Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), graduado em Pedagogia. Membro do Grupo de Pesquisa Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença (CUNADI/PROPED/ UERJ) e do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (NEGUEM/UFU).

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

SOARES, Maria da Conceição Silva; SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. "Resistência, currículo e subversão na educação". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e88041, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

A autora e o autor contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e Cientista Nosso Estado (orientadora) e Bolsa Nota 10 (doutorando).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Imagens cedidas e autorizadas conforme registro no Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TLCE.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 19/05/2022
Reapresentado em 19/10/2024
Aprovado em 26/11/2024

